

CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS
CTIL
ATA DA 90ª REUNIÃO

Data: 1º de março de 2007 (9h50 às 17h40).

Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
- Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Rogério Menescal (rogerio@menescal.net)
- Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalon (marina.scalon@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Espírito Santo e Minas Gerais: Adriana Araújo Ramos (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro e São Paulo: Luiz Fernando Carneseca (lcarneseca@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia e Ceará: Julio César de Sá da Rocha (juliorocha@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Sergipe e Piauí: (ausência)
- Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Marcelo de Deus Melo (mdeus@cemig.com.br)
- Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
- Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com)
- Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br)
- Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@institutoipanema.net)
- Organizações técnicas de ensino e pesquisa: Gilberto Valente Canáli (gvcanali@uol.com.br)

CONVIDADOS:

- Andréa Figueiredo – MME/NESSA (andrea@mme.gov.br)
- Aureliano César Martins Silva – SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)
- Daniela Ferreira Marques - MME
- Denes Martins da Costa Lott – Cia. Vale do Rio Doce (denes.lott@cvrd.com.br)
- João Clímaco Soares de Mendonça – FONASC-CBH (clímaco@uai.com.br)
- Luiz Augusto Bronzatto – SRH/MMA (luiz.bronzatto@mma.gov.br)
- Marcelo Barbosa Sampaio – SEAP/PR (marcelo@seap.gov.br)
- Maria Raquel Catalano de Sousa – Min. Integração Nacional (mcatalanodesousa@gmail.com)
- Mariana Cavalcante – PATRI (mariana.cavalcante@patri.com.br)
- Paulo Afonso de Araújo Quermes – Univ. Católica de Brasília (pquermes@ucb.br)
- Paulo Roberto Soares Jr. – Min. Integração Nacional (paulorsjunior@yahoo.com.br)
- Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)
- Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA (mattiolirodrigo@gmail.com)
- Thaís Margalho – Elabore Consultoria (thais.margalho@elabore.com.br)
- Vinicius Calhau – ABIAPE (vinicius@abiape.com.br)

RELATOR:

- Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e cinquenta minutos do dia primeiro de março de 2007, no miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 90ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e, nos **Informes**, ratificou a importância da “Oficina para discussão das propostas de detalhamento dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, evento a ser realizado sob a coordenação da SRH/MMA nos dias 19 a 21 de março próximo. Destacou ainda a

59 previsão do dia 19 de março, período da manhã, para a realização da 20ª Reunião
60 Extraordinária do CNRH. O Sr. Julio Rocha (CERH-BA) anunciou o encaminhamento de
61 novas representações do Estado para esta CTIL, demais Câmaras e CNRH. O Sr. Donizete
62 Tokarski (Consórcios) falou sobre trabalho realizado pela Ecodata, com apoio do Ministério
63 da Integração Nacional, de um programa de capacitação nos municípios da bacia do alto rio
64 Tocantins, Goiás. Disse que, dentre as atividades desse programa, estariam previstas visitas
65 técnicas de um grupo formado com a participação de representantes escolhidos por votação
66 nos municípios, como uma agendada para a UHE de Serra da Mesa, no mês de fevereiro pp.
67 Para tal acontecimento, prosseguiu, teriam sido feitos todos os contatos oficiais com a
68 concessionária responsável, Furnas Centrais Elétricas S.A. Entretanto, relatou, foram
69 indicados pela empresa problemas relacionados com a listagem encaminhada de participantes
70 do grupo, pela inclusão de membros da imprensa. Disse que o setor responsável de Furnas
71 teria informado que não estaria preparado para receber tais membros, o que inclusive
72 descaracterizaria o caráter técnico da visita. Com essa manifestação, o Sr. Donizete Tokarski
73 (Consórcios) disse que teria se manifestado pela exclusão dos membros da imprensa no
74 grupo, sendo providenciada e encaminhada nova lista de participantes, e assim obtida a
75 confirmação da visita. Assim, prosseguiu, o grupo teria se dirigido para a UHE na data
76 combinada sendo, entretanto, impedida a sua entrada quando na portaria da Usina, sem o
77 aporte de maiores explicações. Concluindo então, solicitou registro em ata desse fato
78 ocorrido, lamentando a atitude de desrespeito da Empresa. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
79 (SRH/MMA) disse que a solicitação de inserção em ata seria atendida, sem a emissão de
80 valores de juízo, considerando-se a ausência de representante de Furnas. A Sra. Ninon
81 Machado (ONGs) disse que a sua representação da sociedade civil considerava deplorável
82 essa situação. O Sr. João Clímaco (ONGs) reforçou a colocação e disse que Furnas viria, de
83 forma geral, tratando desrespeitosamente a sociedade civil. O Sr. Marcelo de Deus
84 (Concessionárias de energia hidrelétrica) informou o seu desconhecimento da questão, mas
85 firmou o compromisso de contatar representante da Empresa. Disse que a situação, na forma
86 relatada, seria contrária aos propósitos do segmento das Concessionárias de energia
87 hidrelétrica. Finalizando, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que ficaria aberto
88 espaço na próxima reunião desta CTIL para manifestação de Furnas sobre a questão. Dando
89 prosseguimento a esta reunião, propôs a inversão dos itens 3 e 4 de pauta, o que foi aceito por
90 todos. Passou então ao **Item 2 de pauta: Aprovação da ata da 89ª reunião da CTIL**, o que
91 ocorreu com as modificações propostas por: Sr. João Clímaco (ONGs), Sr. Marcus Vinicius
92 Silva (Comitês), Sra. Marina Scalón (MME), Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), Sra.
93 Andréa Carestiatto (ONGs) e Sra. Rebecca Abers (UnB), as duas últimas por mensagem
94 eletrônica. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou à Secretaria Executiva que não fossem
95 consideradas as duas faltas imputadas ao segmento das ONGs nas duas últimas reuniões desta
96 CTIL, de número 88 e 89. O Sr. João Clímaco (ONGs) expôs que, em sua opinião, a ata em
97 análise da 89ª reunião desta CTIL não refletia a boa vontade de entendimento no âmbito do
98 Segmento para a indicação de representantes nas Câmaras Técnicas. Cumprimentou a direção
99 da SRH/MMA pelo esforço empreendido na obtenção desse entendimento junto ao segmento
100 das ONGs, o que teria ocorrido recentemente. Passou-se assim ao **Item 4 de pauta: Debates**
101 **para a análise do tema da representatividade nos processos eletivos para o CNRH**. O Sr.
102 Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) convidou o Prof. Paulo Afonso Quermes, Diretor do
103 Curso de Filosofia da Universidade Católica de Brasília, para proferir apresentação (**Anexo**
104 **II**) sobre a matéria. O Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB) iniciou trazendo reflexões sobre o
105 título da palestra “Representação política: fortalecimento da democracia direta ou a edificação
106 da tirania política”. Comentando sobre o item “Questões fundamentais” para a representação,
107 alertou que o discurso seria muito bem apresentado, mas que a prática trazia desafios
108 enormes, com enfrentamentos necessários, sendo imprescindível se passar dele, o discurso,
109 para a efetividade. Trouxe em seguida um conceito de representação política: “*tornar*
110 *presente ou representar interesses de grupos ou da própria sociedade – edificação de um*
111 *projeto possível, partilhado minimamente*”. Destacou que no Brasil prevaleceria a auto-
112 representação nas questões públicas, não sendo geradas responsabilizações, sendo estes dois

113 elementos características marcantes da cultura do País. O Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB)
114 disse que teria sido feita na Constituição Federal de 1988 uma tentativa de “correção desse
115 erro”, ao se pretender uma ampliação da cultura política, clamando-se por uma sociedade civil
116 institucionalizada, mas que, entretanto, estudos recentes revelariam colegiados no País onde
117 os representantes, muitas vezes, atuariam em defesa de interesses próprios, e nem ao menos
118 da entidade representada. Nesse ponto, destacou a importância de uma percepção da cultura
119 brasileira para a adoção e a discussão de modelos de representação no âmbito do CNRH. Fez
120 destaque então para os desafios inerentes a esses modelos, tanto no que se refere à sociedade
121 civil (verticalização da representação: *“as instituições maiores e mais organizadas se*
122 *representam”*), quanto ao governo (*“frágil representação e pouca efetividade no*
123 *encaminhamento das decisões”*). Em prosseguimento, o Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB)
124 indicou que a cultura patrimonial vigente trazia desafios, como a questão da *“sociedade*
125 *contra o social”*, quando as práticas atuariam aniquilando as possibilidades de organização do
126 povo. Destacou como característica no País a forte interação das organizações civis com o
127 sistema político vigente, com as ONGs assumindo papel de interlocução para o
128 encaminhamento das demandas da sociedade. Entretanto, apontou que o então decorrente
129 aumento de espaços de discussão não implicaria, de um modo geral, num reforço da
130 democracia. Como solução, apontou a necessidade de criação de um acesso direto para a
131 sociedade, transpassando os filtros existentes, e ainda, com garantias para os fluxos de
132 retorno. Como questões relevantes a serem consideradas nesse debate, o Prof. Paulo Afonso
133 Quermes (UCB) destacou: *“a criação de mecanismos para que os grupos fragilizados*
134 *consigam adentrar o espaço público”*; a adoção do trabalho em redes; a adoção de uma forma
135 de *“audiência pública permanente”*; o reforço à integração, visando a ratificação de
136 propostas; a criação de um sistema para a prestação de contas. Indicou, como novo desafio
137 inerente à questão, o modelo adotado no âmbito de governo de regulação por meio de
138 agências e seu contraponto com o processo de democracia participativa. Finalizou ratificando
139 a importância de uma representatividade construída considerando a cultura do País. Já nos
140 debates, a Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) observou que, na sua opinião, o sistema de
141 representação política no País está falido. Que a CF de 88 trouxe inúmeros instrumentos para
142 fortalecer a democracia participativa como, por exemplo, a previsão de iniciativa popular de
143 leis, os plebiscitos, os colegiados tripartites, com a participação não só do Poder Público, mas
144 também da sociedade civil e dos interessados destinatários da norma, entre outros. Ao
145 questionar o palestrante sobre o que ele entendia como o interesse público, observou que, na
146 moderna doutrina administrativista, se entende o interesse público não mais como o interesse
147 do erário, mas sim como a soma dos interesses dos cidadãos. O Sr. Julio Rocha (CERH-BA)
148 disse que a democracia se constituía em um processo sem fim, que exigiria preparação, e
149 destacou o despreparo do servidor público para a efetivação de audiências públicas. Observou
150 que, além dos espaços público e privado, havia ainda o terceiro setor, abrigando mega ONGs,
151 inclusive transnacionais, com abrangência nacional. Opinou que, para essas últimas, deveriam
152 ser criadas cláusulas de barreira de impedimento de permanência, possibilitando formas de
153 acesso às instituições de menos poder. A Sra. Ninon Machado (ONGs) fez destaque para o
154 déficit de representatividade do Segmento vigente no momento anterior ao custeio da
155 participação do segmento da sociedade civil nas atividades do CNRH, que fora uma conquista
156 da sua representação do FBOMS. Disse que a rede do FBOMS se constituía sobre uma
157 plataforma neutra, permitindo assim todas as participações. Opinou que a abrangência
158 nacional dos temas tratados no CNRH e a ação dos comitês no tratamento das questões locais
159 seriam dois pontos significativos do SINGREH. Por oportuno, apresentou uma proposta de
160 efetivação de um cadastro de entidades para o sistema de recursos hídricos, nos mesmos
161 moldes do CNEA. Finalizou ratificando a importância das redes, desde que baseadas em
162 plataformas neutras, evitando o seu aparelhamento. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA),
163 referindo-se ao citado contraponto entre a adoção do modelo de agências reguladoras e o
164 processo participativo, lembrou que a ANA não teria essa característica de regulação, mas sim
165 de uma agência executiva, baseada em mecanismos de processo participativo focado nos
166 comitês. O Sr. Gilberto Canali (Org. técnicas de ensino e pesquisa) expôs sua preocupação

167 com a efetividade das ações no âmbito do CNRH. Opinou que, nesses dez anos, o custo de
168 montagem de todo o sistema de recursos hídricos seria desproporcional aos resultados
169 obtidos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) iniciou parabenizando o palestrante.
170 Reportando-se ao Sr. Gilberto Canali (Org. técnicas e de ensino e pesquisa), disse que tinha
171 uma visão mais otimista em relação ao Sistema nesses últimos dez anos, citando a aprovação
172 no âmbito do CNRH de matérias relacionadas a temas altamente relevantes para a gestão,
173 como a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e da
174 regulamentação, segundo suas competências, dos comitês de bacia hidrográfica. Afinal,
175 prosseguiu, seriam aproximadamente 110 comitês de bacia atuando na ampliação da
176 participação da sociedade, implicando, obviamente, também em uma ampliação dos temas
177 para debate. Observou que seria temeroso o foco no ideal, que poderia atuar impedindo de
178 acontecer o possível. Quanto à questão da representatividade, apontou o exercício da
179 transparência e a publicidade como elementos essenciais a se buscar no âmbito do CNRH
180 para o processo de escolha de representantes. O Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB)
181 comentou sobre a importância do enfrentamento de desafios na cultura política do País, a
182 começar pela prestação de contas. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) parabenizou o
183 palestrante, em especial pelo diagnóstico da representação no País. Opinou que, para o debate
184 sobre representatividade nesta CTIL, caberia uma terceira abordagem, após o Prof. Paulo
185 Afonso Quermes (UCB) e a Prof. Rebecca Abers (UnB), sobre como seria o gênese da
186 organização da sociedade brasileira à luz da trajetória histórica, para um embasamento dos
187 entendimentos. Apontou, como um dilema para a representatividade no CNRH, a
188 impossibilidade de se filtrar, nos processos eletivos, as assimetrias próprias da sociedade
189 brasileira. Assim, indicou que caberia o estabelecimento de regras próprias para o CNRH e
190 que, para tanto, o GT sobre o tema, já criado nesta CTIL, deveria ser novamente estruturado.
191 O Sr. João Clímaco (ONGs) cumprimentou o palestrante acentuando que sua fala resgatou
192 novamente aspectos importantes da nossa cultura política que interferem na questão da
193 representatividade em órgãos colegiados de políticas públicas, tais como o corporativismo,
194 aparelhismo e patrimonialismo, que na sua visão são componentes que impedem a eficácia e
195 eficiência das políticas públicas no País, inclusive da Política Nacional de Recursos Hídricos.
196 Sob esses aspectos, afirmou ser contra qualquer proposta que imponha limites a
197 universalidade, capilaridade e ampliação da representatividade nos processos eletivos para o
198 CNRH, não concordando, portanto, com qualquer proposta restritiva e excludente dos
199 diversos matizes em que se expressa a luta por direitos na questão da água no País. Citou um
200 prognóstico de que, desde o advento da Lei nº 9.433/97, por causa desses fatores,
201 presumidamente, por baixo, mais de cinco milhões de dólares foram gastos com mobilização
202 e capacitação em gestão de recursos hídricos. Mostrou, como exemplo, que nas três últimas
203 eleições para representação das organizações civis no CNRH, menos de dez entidades na
204 primeira, menos de 15 na segunda, e mais de 40 entidades na última conseguiram se habilitar,
205 entre as quais, as da sua rede, mostrando assim que o processo eletivo para a sociedade civil
206 no CNRH está sendo mais oneroso financeiramente do que para um deputado federal. Falou
207 da sua expectativa de que o processo eletivo no CNRH seja regulamentado garantindo a
208 capilaridade das representações de todo o País. Atendendo questionamento quanto a melhor
209 proposta para que sejam superados os problemas de representatividade, citou como entrave a
210 evolução da representatividade no processo de eleição de conselheiros representantes dos
211 segmentos no CNRH, a situação de alguns exemplos de segmentos no CNRH, inclusive da
212 sociedade civil, que mantêm convênios de prestação de serviço ou cooperação aos órgãos do
213 SINGREH, concomitante à representação no próprio conselho ou outras instâncias do
214 SINGREH, manifestando interesse de que alguma proposição seja encaminhada nesse sentido
215 como forma de se valorizar a ética na representação. O Sr. Wilson de Azevedo Filho
216 (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) parabenizou o Prof. Paulo Afonso
217 Quermes (UCB) pela apresentação, com destaque para o contraponto entre a democracia
218 participativa e o modelo de estado brasileiro. Opinou que as críticas encaminhadas de falta de
219 efetividade das ações do CNRH se justificariam pelo crescimento da atividade meio nas ações
220 de Estado. O Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB) disse que um problema fundamental para a

democracia participativa no País seria o fato que “todos desconfiam de todos”, sendo preciso encarar os conflitos para que ela se estabeleça. Classificou as prerrogativas geralmente apresentadas como maravilhosas, mas seguidas de encaminhamentos patéticos, evidenciando-se, mais uma vez, a necessidade de enfrentamentos. Sugeriu então, para a gestão de recursos hídricos, que se buscasse a emergência dos sujeitos localizados no espaço da bacia hidrográfica, trazendo-os à participação. Prosseguindo, o Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB) disse que a busca da representatividade no sistema de recursos hídricos deveria passar pela criação de cláusulas de barreira, buscando a determinação de uma efetividade e criando capilaridade, sem medo de conflitos. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) parabenizou o Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB) pela apresentação. Disse que a Ecodata viria desenvolvendo ações de mobilização na região da bacia hidrográfica do alto rio Tocantins, buscando dar valor ao conhecimento e saberes locais, proporcionando o empoderamento dessa população, e ainda, levando dessa forma até a base a valorização do SINGREH e do SISNAMA. Indicou que caberia também uma análise da representatividade governamental no âmbito do SINGREH, sendo as cláusulas de barreira válidas para todos os segmentos. O Sr. Maurício Vasconcellos (ANA) observou que, nos debates nesta CTIL, caberia entendimento sobre o tipo de participação/representação que se poderia pretender considerando a realidade do País. Disse que uma ampliação da representação no CNRH deveria privilegiar a participação da base do Sistema. Terminou questionando se seria o momento de ampliação ou de qualificação, uma vez que o aumento da representação não implicaria em um aumento da representatividade. O Sr. Marcelo de Deus (Concessionárias de energia hidrelétrica) parabenizou o Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB) pela apresentação. Observou que as representações estariam preocupadas com os próprios interesses e, citando o segmento das concessionárias de energia hidrelétrica, apontou as dificuldades de internalização das questões de participação, representação e representatividade num setor focado em produção de energia. Com base nas ações desenvolvidas no âmbito do segmento, sugeriu que fossem consideradas no debate nesta CTIL as questões ligadas à prestação de contas. Finalizou questionando o Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB) se, no seu entendimento, a prestação de contas, mesmo de um setor econômico, deveria se reportar à sociedade. O Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB) aquiesceu e disse que o todo deveria ser sempre beneficiado, e que mesmo o interesse localizado deveria trazer uma preocupação com a publicidade. Indicou que um aumento da representação não implicaria em um aumento de representatividade, podendo inclusive atuar contrariamente. Sugeriu que se deveria, com esse processo sobre representatividade, buscar formas com que o sujeito de base viesse para o Sistema, fosse empoderado para tanto. Como um grande desafio para o Sistema, citou a importância de se conseguir fazer com que outros grupos viessem para o espaço público, em que pese os enfrentamentos. Sugeriu, para a próxima palestra nesta CTIL, um convite à Sra. Maria da Glória Gohn, socióloga, livre-docente, professora titular da Unicamp – Campinas/SP, com várias publicações no campo da cidadania e da participação social. Agradeceu então a oportunidade de participação, esperando ter atendido aos objetivos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu, em nome de todos, a participação do Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB), pela palestra e pela riqueza dos debates. A Sra. Ninon Machado (ONGs) ratificou que o GT criado para tratar dessa questão da representatividade na CTIL deveria ser reativado, ressaltando que mesmo resultados parciais deveriam ser trazidos, como a proposta de criação de um cadastro nacional de entidades de recursos hídricos. Assim, às 12h15, foi aberto intervalo para almoço. O retorno ocorreu às 14h15, quando o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou ao **Item 8 de pauta: relato das atividades referentes ao SIAPREH** e convidou a Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA), responsável pela criação e implementação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos – SIAPREH., para sua apresentação (**Anexo III**). A Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA) abordou, em sua apresentação, os resultados da aplicação do questionário do SIAPREH, no período de setembro de 2006 a janeiro de 2007, feito pela SRH/MMA com base nos formulários discutidos no âmbito do GT. Falou sobre as respostas recebidas: 37 pelos comitês, tendo sido enviadas solicitações a 97 deles, com mais de dois anos de formação; que os Comitês do

275 Piracicaba, Capivari e Jundiá, além do Verde Grande, não teriam se manifestado; e que, entre
276 os Estados, não teriam respondido o RS, AC, RR e PE. Informou que, no *software* do
277 SIAPREH, estaria em desenvolvimento um módulo de acesso virtual às informações,
278 tornando possível consultas à base de dados, com amplas possibilidades de agrupamento
279 (combinações). Como próximos passos, além da apresentação do estágio atual de
280 desenvolvimento do SIAPREH no Plenário do CNRH, a Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA)
281 destacou as seguintes referentes ao GT desta CTIL: definição das relações que deveriam ser
282 possíveis para as consultas (banco de dados do Sistema); definição de estratégia para a
283 consolidação do SIAPREH. Nos debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) opinou
284 que deveria ser pensada uma forma de dotar de obrigatoriedade o procedimento de resposta ao
285 SIAPREH. A Sra. Ninon Machado (ONGs) opinou por uma normatização que tornasse
286 obrigatória a resposta à consulta do SIAPREH, pela sua condição de instrumento para a
287 gestão. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR), por sua vez, sugeriu que houvesse uma atuação
288 na forma de apoio, não obrigatoriedade, para a obtenção das respostas, que seriam, afinal, o
289 objetivo do Sistema. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o
290 lazer e turismo) disse que os Estados teriam dificuldades para efetivar as respostas, inclusive
291 pela carência de pessoal. Com isso, indicou como situação ideal a disponibilização do
292 SIAPREH pela *internet*, com possibilidade de respostas. A Sra. Manuela Moreira
293 (SRH/MMA) disse que essa seria a intenção com esse novo aplicativo do SIAPREH em
294 desenvolvimento. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu então a Sra. Manuela
295 Moreira (SRH/MMA) pela apresentação. Considerando os aspectos trazidos, ficou definido
296 que o GT deveria voltar a se reunir. Passou-se então ao **Item 3 de pauta: Análise da proposta**
297 **de Resolução que delibera sobre o Sistema de Gerenciamento Orientado para os**
298 **Resultados do PNRH – SIGEOR - encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos**
299 **Hídricos – CTPNRH**. Com a palavra, a Sra. Ninon Machado (ONGs), representante do
300 segmento das ONGs na CTPNRH, que apontou o SIGEOR (**Anexo IV**) como inserido nas
301 metas de implementação do PNRH. Disse que na reunião da CTPNRH de análise do Sistema
302 teriam sido solicitadas alterações no documento apresentado, em suas páginas 23 e 24, além
303 de sugerida a elaboração de um documento síntese. Passou então a palavra ao Sr. Luiz
304 Augusto Bronzatto (SRH/MMA), para uma apresentação de caráter técnico (**Anexo V**). O Sr.
305 Luiz Augusto Bronzatto (SRH/MMA) disse que o PNRH, Vol. IV, apresentaria um rol de
306 metas emergenciais a serem cumpridas, dentre elas o SIGEOR, sendo as demais relativas ao
307 detalhamento dos programas e subprogramas. Disse que o processo de elaboração do
308 SIGEOR teria envolvido técnicos da SRH/MMA e da ANA, assim como de consultoria
309 técnica especializada. Apresentou e detalhou um organograma de estruturação do SIGEOR,
310 apontando que, sinteticamente, ele seria composto por três níveis (estratégico, tático e
311 operacional). Destacou o SIGEOR como parte integrante do detalhamento do Programa XIII
312 do PNRH. Nos debates, o Sr. João Clímaco (ONGs) questionou se as alterações discutidas na
313 CTPNRH teriam sido promovidas no documento apresentado nesta CTIL, o que foi
314 confirmado pelo Sr. Luiz Augusto Bronzatto (SRH/MMA). O Sr. Marcelo Sampaio
315 (SEAP/PR) mostrou sua preocupação com os custos de implementação do SIGEOR,
316 considerando que recursos escassos poderiam afetar a sua operacionalização, requerendo
317 assim revisões. O Sr. Luiz Augusto Bronzatto (SRH/MMA) disse que a implementação seria
318 progressiva, com algumas das etapas realizadas no âmbito da SRH/MMA e da ANA. O Sr.
319 Donizete Tokarski (Consórcios) questionou como estaria prevista, do ponto de vista político e
320 financeiro, a inclusão de outros programas com rebatimento no PNRH, como a elaboração do
321 Plano Estratégico do Tocantins-Araguaia. O Sr. Luiz Augusto Bronzatto (SRH/MMA)
322 garantiu que essa integração estaria sendo buscada na forma de pactos na elaboração de
323 planos estratégicos e estaduais de recursos hídricos. Expôs ainda que, em seu entendimento, o
324 detalhamento do Programa IV do PNRH deveria contemplar a construção de critérios para a
325 priorização da elaboração de planos. O Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários
326 de água para o lazer e turismo) observou que a apresentação teria se ocupado com a estrutura
327 de implementação do SIGEOR, carecendo de uma parte conceitual do Sistema. Com isso, o
328 Sr. Luiz Augusto Bronzatto (SRH/MMA) fez um aparte sobre a conceituação do SIGEOR,

329 com base na página 13 do documento apresentado. Ao final, o Sr. Wilson de Azevedo Filho
330 (Pescadores e usuários de água para o lazer e turismo) disse que se deveria evitar que a
331 estrutura institucional se tornasse uma parte acoplada ao SIGEOR, o que poderia levar a uma
332 maior importância das atividades meio do que seus fins. O Sr. Luiz Fernando Carneseca
333 (CERH-SP) questionou porque o documento do SIGEOR apresentado trazia ressalvado
334 “Concepção preliminar”. O Sr. Luiz Augusto Bronzatto (SRH/MMA) disse que “concepção
335 preliminar” estaria sendo adotado pelo próprio caráter contínuo do PNRH, mas que o Sistema
336 estaria posto neste momento, sendo esta a proposta. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
337 (SRH/MMA) lembrou a abrangência nacional do PNRH, sendo o SIGEOR um instrumento de
338 acompanhamento das ações do governo federal. Assim, indicou que também caberiam ações
339 no âmbito dos Estados, com as devidas contrapartidas. Findos os debates, passou-se então à
340 proposta de resolução apresentada (**Anexo VI**), ficando a sua forma final, após modificações
341 pertinentes à CTIL, conforme **Anexo VII**. Foi solicitado o encaminhamento dessa proposta de
342 Resolução para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta
343 CTIL. Passou-se ao **Item 6 de pauta: Discussão e encaminhamento de proposta de**
344 **regulamentação do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997 – apresentada pela Conselheira Ninon**
345 **Machado**. Com a palavra, a Sra. Ninon Machado (ONGs) esclareceu que esse tema fora
346 submetido pelo Instituto Ipanema no contexto dos debates na CTPNRH, sendo encaminhado
347 por pertinência a esta CTIL. Disse que a sua preocupação seria com a forma de trazer esse
348 tema para debate no CNRH. Como proposta, sugeriu que se deveria buscar um caminho para
349 uma melhor interpretação do trazido pelos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997, sob o
350 novo paradigma do PNRH. Com a palavra, a Sra. Daniela Marques (MME) disse que o citado
351 art. 12 fazia remissão ao art. 35, inc. VIII, da mesma Lei, cuja redação fora vetada na proposta
352 original, e dizia: “*VIII – aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e encaminha-lo ao*
353 *Presidente da República, para envio, na forma de projeto de lei, ao Congresso Nacional*”.
354 Relatou ainda um trecho das razões do veto: “*A aprovação do Plano Nacional de Recursos*
355 *Hídricos por Lei implicará a descontinuidade do processo decisório de gestão desses*
356 *recursos. Isso comprometeria o setor elétrico, pois a inclusão ou exclusão de qualquer*
357 *aproveitamento poderá obrigar a reprogramação do todo.*” Concluiu então questionando
358 como poderia ocorrer uma compatibilização, considerando que o PNRH, aprovado por
359 Resolução do CNRH, não teria força para revogar uma legislação setorial. O Sr. João Clímaco
360 (ONGs) disse que a pertinência da proposta da Sra. Ninon Machado (ONGs) estaria
361 fundamentada na própria Lei, e seu debate não se esgotaria nessa reunião. Portanto, sugeriu
362 que fosse discutida uma estratégia para a discussão da questão nesta CTIL. O Sr. Marcelo de
363 Deus (Concessionárias de energia hidrelétrica) indicou a existência de um limite de aspecto
364 legal para o debate do tema, mas que haveria espaços para entendimentos. Citou a Resolução
365 CNRH nº 37, de 2004, que, ao estabelecer diretrizes para a outorga de recursos hídricos para
366 a implantação de barragens, trazia também uma intenção de estabelecer procedimentos
367 visando tais entendimentos, como a proposta de uma manifestação setorial. Assim, propôs
368 que fosse criado um GT para discussão da proposta apresentada pela Sra. Ninon Machado
369 (ONGs). Com a concordância de todos, foi criado tal GT, com o objetivo de discutir a
370 aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os art.
371 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997. O GT ficou inicialmente composto por representantes
372 do MME, da ANA, dos Consórcios, das ONGs e da SRH (coordenação), estando abertas
373 novas adesões. Foi solicitado um relato de atividades do GT para a reunião de abril desta
374 CTIL. A Sra. Ninon Machado (ONGs) propôs que fosse aberta lista de discussão virtual para
375 o GT. Passou-se assim ao **Item 5 de pauta: Discussão e encaminhamento de justificativas**
376 **para o debate, no âmbito do CNRH, do estabelecimento de critérios para a definição do**
377 **curso de água principal de uma bacia hidrográfica, assunto da Resolução ANA nº 399, de**
378 **2004**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou do pedido encaminhado à
379 Secretaria Executiva do CNRH, na reunião anterior desta CTIL, de estudo e elaboração de
380 minuta de justificativas para que esse tema seja discutido no âmbito do CNRH. Solicitou
381 então a distribuição do documento final dessa tarefa (**Anexo VIII**). Após a leitura do
382 documento por todos, o Sr. João Clímaco (ONGs) encaminhou proposta que o CNRH deveria

383 apoiar iniciativas de informação à sociedade sobre essa questão, dando transparência às suas
384 ações nessa área. A Sra. Ninon Machado (ONGs) enfatizou que os atos normativos do
385 DNAEE mereceriam uma adequação sob o novo paradigma da política de gestão de recursos
386 hídricos no Brasil, instituído pela CF de 1998 e a Lei nº 9.433/97. A Sra. Adriana Ramos
387 (CERH-MG) lembrou que esse assunto fora levado por ela para a 69ª reunião da CTIL, de
388 dezembro de 2004. Solicitou então que a análise dos critérios adotados na Resolução da ANA
389 fosse feita considerando as alterações de dominialidade decorrentes. Após debates, ficou
390 definido o seguinte encaminhamento: pelo entendimento, no âmbito desta CTIL, que o CNRH
391 seria competente para o estabelecimento de critérios para a definição do curso de água
392 principal de uma bacia hidrográfica, sendo requerido o encaminhamento da matéria à
393 CTPNRH e à CTPOAR, com solicitação de análise técnica dos critérios trazidos pela
394 Resolução ANA nº 399, de 2004. A decisão foi obtida por consenso, com registro de voto
395 contrário do Sr. Maurício Vasconcellos (ANA), que defendeu a posição institucional da ANA
396 sobre a legalidade da Resolução, e do Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP), pelo
397 entendimento que caberia uma Lei para estabelecer ao CNRH a competência pela matéria. O
398 Sr. Gilberto Canali (Org. técnicas e de ensino e pesquisa) objetou que essa matéria seria, por
399 excelência, de competência dessa CTIL. Expôs seu entendimento que nenhuma das normas
400 (Portaria DNAEE e Resolução ANA) teriam validade legal. Passou-se então ao **Item 7 de**
401 **pauta: Relato dos trabalhos do GT para aprimoramento da proposta de Moção que**
402 **“recomenda a integração dos Comitês de Bacia Hidrográfica com os Comitês Gestores de**
403 **Parques Aquícolas”**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) fez um histórico da proposta
404 de Moção (**Anexo IX**), lembrando do seu encaminhamento pela CTAP para análise dos
405 aspectos pertinentes a esta CTIL como item de pauta da 89ª reunião, destacando a sua
406 importância e relatando decisão pela criação de um GT para a promoção de adequações na sua
407 redação. Passou então a palavra ao Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR), responsável pela
408 proposição da matéria na CTAP. O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) lembrou que a Sra.
409 Patrícia Boson (Indústria) teria se comprometido a promover alterações no texto original
410 apresentado. Contemporizou que talvez teriam faltado melhores esclarecimentos sobre a
411 questão nesta CTIL. Como forma de atingir a sua pretensão, falou da intenção atual de
412 inserção, em Portaria da SEAP/PR, de recomendação para uma interação dos comitês de
413 parques aquícolas com os entes do SINGREH, mais especificamente com os comitês de bacia
414 hidrográfica. Dito isso, solicitou o arquivamento da matéria. O Sr. João Clímaco (ONGs)
415 manifestou sua discordância com esse pedido, pela importância da matéria em provocar a
416 transversalidade na política de recursos hídricos, considerando a dificuldade das populações
417 ribeirinhas no aproveitamento dos recursos pesqueiros. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
418 (SRH/MMA), como proposta alternativa, sugeriu que fosse solicitada a colaboração da Sra.
419 Patrícia Boson (Indústria) na proposição de aperfeiçoamentos no texto da proposta de Moção.
420 O Sr. Marcelo Sampaio (SEAP/PR) concordou e retirou a sua proposta de arquivamento da
421 matéria. Destacou a importância de que todos os setores usuários tomassem iniciativas como
422 essa visando a promoção da transversalidade entre os entes do SINGREH. Passando-se aos
423 **Assuntos gerais**, o Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e
424 turismo) falou que a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos deveria
425 ocorrer sobre bases sólidas e destacou, portanto, a importância de uma configuração no
426 âmbito dos governos estaduais visando favorecer esse aspecto. Dito isso, apresentou uma
427 minuta de proposta de moção, dirigida aos governos estaduais e do Distrito Federal,
428 **“solicitando a necessária atenção para a necessidade de aperfeiçoamento da estrutura**
429 **administrativa do estado com vistas a implementação das Políticas de Recursos Hídricos”**.
430 Foi definido que o assunto será incluído na pauta da reunião de abril desta CTIL. O Sr. Julio
431 Rocha (CERH-BA) anunciou a edição de normas, no Estado da Bahia, visando a retomada da
432 atividade de concessão de outorgas, assim como o funcionamento do Conselho Estadual. O
433 Sr. João Clímaco (ONGs) propôs que fosse novamente discutida nesta CTIL a proposta de
434 Resolução elaborada na CTCOB, que **“estabelece os procedimentos, prazos e formas para**
435 **promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de**
436 **Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes**

437 *da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei no 9.648, de*
438 *1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei no 9.984, de 2000”, analisada na 89ª reunião,*
439 *de fevereiro pp. Disse que sua solicitação se baseava na possibilidade de ampliação do*
440 *alcance da proposta, procurando definir-se que a aplicação dos recursos em questão ficaria*
441 *focada na implementação dos entes do SINGREH, em especial comitês e conselhos. A*
442 *proposta foi seguida de argumentações contrárias, considerando que esta proposta de*
443 *Resolução se referia ao estabelecimento de procedimentos, prazos e formas para que tais*
444 *definições viessem a ocorrer anualmente. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) observou que*
445 *a SRH/MMA teria publicado os volumes dos Cadernos Regionais do PNRH em quantidade*
446 *insuficiente, em que pese a sua disponibilização na internet. Solicitou registro da sua*
447 *solicitação de edição de novos volumes, pela democratização da informação. Não havendo*
448 *mais manifestações, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), às 17h40, agradeceu a*
449 *presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 90ª reunião da CTIL.*

450 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 451 - Item 2: aprovada a ata da 89ª reunião da CTIL, com modificações;
452 - Item 3: após modificações de forma no texto, foi obtido o parecer favorável desta CTIL para
453 o encaminhamento da proposta de Resolução de aprovação do SIGEOR para deliberação
454 superior do Plenário do CNRH;
455 - Item 4: foi proferida palestra sobre o tema da representatividade, seguida de debates, pelo
456 Prof. Paulo Afonso Quermes (UCB), da Universidade Católica de Brasília;
457 - Item 5: ficou definido o encaminhamento pelo entendimento, no âmbito desta CTIL, que o
458 CNRH seria competente para o estabelecimento de critérios para a definição do curso de água
459 principal de uma bacia hidrográfica, sendo requerido o envio da matéria à CTPNRH e à
460 CTPOAR, com solicitação de análise técnica dos critérios trazidos pela Resolução ANA nº
461 399, de 2004;
462 - Item 6: foi criado GT com o objetivo de discutir a aplicação das diretrizes do PNRH aos
463 empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997;
464 o GT ficou inicialmente composto por representantes do MME, da ANA, dos Consórcios, das
465 ONGs e da SRH (coordenação), estando abertas novas adesões;
466 - Item 7: para continuidade dos debates sobre a matéria, foi solicitada a colaboração da Sra.
467 Patrícia Boson (Indústria) na proposição de aperfeiçoamentos no texto da proposta de Moção;
468 - Item 8: foi feita apresentação pela Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA), ficando definido que
469 o GT SIAPREH deveria voltar a se reunir;
470 - Item 9: o Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e usuários de água para o lazer e
471 turismo) apresentou uma minuta de proposta de moção, dirigida aos governos estaduais e do
472 Distrito Federal, “*solicitando a necessária atenção para a necessidade de aperfeiçoamento*
473 *da estrutura administrativa do estado com vistas a implementação das Políticas de Recursos*
474 *Hídricos”*; foi definido que o assunto será incluído na pauta da reunião de abril desta CTIL.

475
476 Ata aprovada na 92ª Reunião da CTIL realizada em 11 de abril de 2007.

477

478

479

Julio Thadeu Silva Kettelhut

480

Presidente da CTIL

481

482

483

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo

484

Relator